

CONFERÊNCIA
“A SEGURANÇA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

18 de Maio de 2006

**CONFERÊNCIA: “AS AMEAÇAS SUSCITADAS PELO TERRORISMO
NUMA PERSPECTIVA DE SEGURANÇA INTERNA”**

Ten-General LEONEL CARVALHO

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, simbolicamente esbatia-se, também, o receio de um holocausto nuclear, risco sempre presente, sustentado que estava num precário “equilíbrio pelo terror”.

Contudo, o mundo que emergiu da Guerra Fria, aliviado que estava da ameaça de uma tragédia devastadora, não passou a ser mais seguro, antes pelo contrário, pelo menos no que se refere à potencialização do que se passou a designar por “ameaças difusas”. Infelizmente, estas concretizaram-se, e de difusas passaram, tragicamente, a ser claras e reais, como resultado de uma escalada do terrorismo internacional, especialmente o ligado ao radicalismo islâmico, o qual já provocou milhares de mortos, com vítimas espalhadas pelos vários continentes, não olhando a idades, raças ou credos.

Neste momento, a população mundial vive, porventura, mais receosa e angustiada que no século passado, em especial, e a partir do 11 de Setembro de 2001, a do chamado mundo Ocidental, directamente confrontada com atentados mortíferos que atingiram, para além de Nova Iorque, também Madrid e Londres. Este tipo de terrorismo procura, fundamentalmente, uma enorme desproporção entre os recursos utilizados e os resultados conseguidos, criando uma sensação de permanente insegurança e de impotência perante um inimigo insensível e impiedoso. Este estado de espírito, dando aso a pressões sobre os governos, vai ao encontro de parte dos objectivos dos terroristas que é a, de, alguma forma, condicionar políticas e subverter prioridades na condução dos destinos dos países.

Até agora, e sem esquecer a utilização de aviões de passageiros como mísseis de enorme capacidade destruidora, os grupos ao serviço do terrorismo internacional têm feito uso de engenhos e de armamento dito convencional, o que não deixa de lado a possibilidade de poderem vir a ter acesso a armas nucleares, biológicas, químicas ou radiológicas, e a utilizá-las contra alvos indiscriminados, em qualquer parte do mundo.

Num crescendo de riscos e ameaças, e inerentes medos e incertezas, faz todo o sentido que, para além dos já muito noticiados atentados mortíferos com meios convencionais, também se reflita na hipótese de emprego daquele tipo de armas, motivo porque me permito, numa forma genérica e simples, alinhar alguns dados e informações sobre o assunto.

Começarei pelas **armas nucleares** e, destas, aquelas que fazem parte do arsenal de algumas potências, especialmente orientadas para a dissuasão estratégica ou, em última análise, a utilizar como armas decisivas, num cenário de guerra, como o último dos recursos.

Este tipo de armas, no que se refere no seu emprego por terroristas, devido à sua dimensão, necessidade de sofisticados meios de lançamento, muita alta tecnologia para a sua utilização, manutenção e transporte e do rigoroso controlo internacional, não é susceptível de constituir real ameaça terrorista, o que não significa que, apesar do fim da Guerra Fria, não possa haver o perigo de um Estado poder utilizar armas nucleares.

Mesmo que um grupo terrorista conseguisse adquirir ou roubar uma arma nuclear, ver-se-ia perante complexidades técnicas tão grandes que, na prática, o impossibilitaria de a activar.

No caso de roubo de um dos dois materiais a partir dos quais se pode construir uma bomba nuclear, plutónio ou urânio enriquecido, seria improvável que o conseguissem levar para longe, tal as elevadíssimas camadas de radiação emitidas, facilmente detectáveis.

Lembremos os países na posse de armas nucleares: Rússia, E.U.A., China, França, Inglaterra, Israel, Índia e Paquistão.

Para além destes países, também se entende possível que a Coreia do Norte já disponha de uma pequena quantidade de armas nucleares. Quanto ao Irão, procura desenvolver um programa que lhe permitirá, se o deixarem, produzir armamento desse tipo, embora negue essa intenção.

Ainda dentro das armas classificadas como nucleares, embora muito diferentes das atrás referidas, podemos citar as chamadas “bombas portáteis”, compostas por plutónio ou urânio altamente enriquecido. Embora de pequena dimensão, com peso até cerca de 30 Kg podem, por isso, dissimular-se numa mala de viagem, numa mochila ou num pequeno contentor de carga dum avião ou de um navio. Como verdadeiras armas nucleares, são extremamente poderosas, podendo provocar efeitos devastadores numa cidade, causando dezenas de milhares de mortos.

Foram construídas pelos E.U.A. e pela U.R.S.S. durante a Guerra Fria, colocando-se a hipótese de algumas destas armas de destruição maciça poderem ter ido parar a mãos terroristas.

Contudo, e não obstante se tratar de armas de pouco peso e dimensão, a sua manipulação continua a depender de alta tecnologia e o seu transporte é difícil de ocultar, face às radiações emitidas, embora, no caso do urânio enriquecido, esse problema possa ser resolvido com o envolvimento em chumbo, que esconderia as radiações, mas aumentaria muito o peso a transportar.

Terminada a referência a armas nucleares, passemos a falar de armas modernamente designadas como radiológicas, das quais interessa especialmente citar, pela facilidade de fabrico e de utilização, as chamadas “bombas sujas”.

Uma bomba com esta designação, é constituída por explosivos convencionais, tipo dinamite ou T.N.T., envolvidos por materiais radioactivos como cobalto, estrôncio, cézio, irídio e amerício.

Quando se dá o rebentamento da bomba, o sopro da explosão espalha as poeiras ou as partículas radioactivas pela área envolvente, podendo, com a ajuda do vento, atingir áreas afastadas do ponto de deflagração.

As “armas sujas” utilizam material radioactivo de segunda mão, destinando a contaminar o ambiente, sem que as pessoas atingidas dêem conta imediato dos seus efeitos, a não ser que estejam muito próximas do local da explosão, mas, neste caso as consequências mais gravosas adviriam dos efeitos da explosão convencional.

Devido ao desconhecimento de poderem ter sido atingidos por agentes radiológicos, pois estes, sendo incolores e inodoros não são reconhecidos pelos sentidos, as pessoas não se apercebem que foram contaminadas. Embora este tipo de bombas não produzam grandes quantidades de radiação, é possível que a médio e longo prazo possam vir a causar graves danos à saúde, até porque os indivíduos atingidos, podem, eles próprios, não o sabendo, virem a ser contaminadores.

A possibilidade da construção e de utilização, por parte de organizações terroristas, de “bombas sujas” de pequena dimensão, conseqüentemente portáteis, e não necessitando, para a sua fabricação e transporte, grande tecnologia nem elevados investimentos, será de admitir, sem grande reservas.

Passando a uma abordagem das armas classificadas como biológicas, podemos caracterizá-las como engenhos que utilizam a força destruidora de vírus, bactérias ou toxinas para matar um muito elevado número de pessoas.

Há várias formas de desencadear um ataque biológico que possa infectar directamente, ou por rápida contaminação, milhares de vítimas. Tal como também acontece com as armas químicas, a propagação pode fazer-se através do ar, da água e da comida, embora seja o primeiro a hipótese mais provável, utilizando como meios e técnicas os seguintes:

- Explosão de mísseis, bombas ou granadas
- Pulverização através de meios aéreos ou de veículos terrestres
- Recipientes diversos com dispositivo aerosol lançados ou accionados em zonas de grande densidade populacional como terminais de transportes, estádios, centros comerciais, de congressos, etc.

Como agentes mais mortíferos possíveis de ser utilizados num ataque, podemos citar: o Antrax, o vírus da Varíola, a bactéria do Botulismo, o agente da Peste, os vírus Hemorrágicos e Toxinas diversas.

As dificuldades de aquisição, desenvolvimento laboratorial, conservação, manipulação e dispersão, fazem com que o uso deste tipo de armas, por grupos terroristas, seja pouco provável, não se podendo, no entanto, colocar de parte essa possibilidade.

Lembremos a utilização do Anthrax, enviado através correio, em 2001, em alguns Estados da E.U.A., contaminando, alegadamente, 23 pessoas, das quais 5 viriam a falecer.

Embora não confirmadas, existem notícias da possibilidade de, mais de uma dezena de actores não estatais, estarem na posse de agentes biológicos altamente letais. Só esta possibilidade, adicionada à própria natureza dos agentes e à sua conhecida letalidade, fazem com que o termo "bioterror" tenha, infelizmente, um sentido bem mais real do que um simples neologismo normalmente associado à ficção científica.

Para enfrentar estes novos riscos para a saúde e segurança das populações, deverão os Estados, concretamente o Estado Português preparar infra-estruturas de Saúde Pública no sentido da prevenção das doenças e dos danos que poderão resultar de ataques de terrorismo biológico. A detecção precoce e o controle das consequências, depende de um sistema bem organizado de saúde pública, eficaz, flexível, com uma boa cobertura nacional e com os técnicos de saúde bem informados e vigilantes.

No que se refere às armas baseadas em agentes químicos, é consensual opinar que, de todas as armas de destruição maciça, são as de fabrico mais simples, em virtude dos seus componentes

estarem normalmente disponíveis no mercado e de não necessitarem de grande sofisticação técnica, quer na sua construção quer na detonação. Sendo, também por isso, pouco dispendiosas, há quem lhes chame a “arma nuclear do pobre”.

Este tipo de arma foi bastante utilizada durante a I Guerra Mundial e, depois disso, mesmo proibida pela Convenção de Genebra, a sua utilização tem se feito sentir de tempos a tempos, também devido à sua eficácia militar.

Constituindo preocupação a proliferação e a eventual utilização por um já extenso número de Estados ditos “não confiáveis”, a arma química é também susceptível de emprego por parte de actores não estatais tais como grupos radicais e/ou terroristas. Lembremos a utilização de “gás sarin”, em 1995, por um grupo radical japonês de culto apocalíptico, designado por “Aum Shinrikyo” ou “seita da Verdade Suprema”, o qual, tendo feito explodir várias pequenos recipientes em 4 estações do metro de Tóquio, provocou 12 mortos e mais de uma centena de feridos graves, ainda assim muito aquém dos efeitos que teriam previsto e que causariam milhares de baixas. Segundo informações, à data difundidas pela polícia japonesa, aquela seita dispunha de um arsenal armazenado de agentes químicos e biológicos, com capacidade estimada de provocar de 2 a 3 milhões de mortos.

Como substâncias químicas mais utilizadas neste tipo de armas podemos citar: o gás Sarin, o gás VX e o gás Mostarda.

Sendo correcto afirmar que uma acção terrorista, através de engenhos químicos, é possível e não muito complicada, do ponto de vista de obtenção, transporte e accionamento, também é certo que os efeitos sobre a população alvo são muito menos destruidores do que um ataque bem sucedido de natureza biológica. Como exemplo podemos apontar o já citado atentado, com o muito tóxico Gás Sarin, no metropolitano de Tóquio em 1995, onde, não obstante os muitos milhares de pessoas que ocupavam as 4 estações atingidas, em hora de ponta e em espaços subterrâneos, apenas se registaram 12 óbitos.

Após toda esta dissertação, que espero não ter sido demasiado fastidiosa, permito-me supor perante o cenário apresentado, que alguns de entre os presentes tenha vontade de colocar algumas questões concretas, em termos de segurança, como por exemplo:

- Será possível evitar ou, pelo menos minimizar a ocorrência de acções terroristas?
- É ou não expectável a utilização, por parte de grupos terroristas, de engenhos nucleares, radiológicos, biológicos ou químicos?
- É Portugal um alvo possível e prioritário de organizações terroristas?

Para estas perguntas concretas, julgo não haver respostas evidentes.

Assim, mais que respostas, poderão ser dadas opiniões. Pela minha parte, consciente, também, do pouco que sei do assunto, embora já muito nele tenho reflectido, arrisco-me a opinar o seguinte:

- Tendo as organizações terroristas a liberdade e a iniciativa de escolher onde, como e quando, podem actuar, é extremamente difícil prevenir eficazmente qualquer atentado. A prova é os que já foram perpetrados, não obstante todas as medidas tomadas, sendo o caso de Londres, paradigmático.

Como tentativa de resposta à primeira questão podemos dizer que, não sendo possível, nos tempos que correm, evitar com total eficácia os atentados terroristas, fica-nos, contudo, a convicção que muito se pode fazer para dificultar a acção dos seus autores e conseguir que muitos actos violentos sejam abortados como, aliás, se tem provado.

A prevenção e o combate contra o terrorismo assenta essencialmente numa eficiente pesquisa, análise e rápida partilha de informação assim como no fortalecimento da cooperação operacional policial internacional e da necessidade de uma verdadeira estratégia europeia de segurança das fronteiras externas da UE. Os serviços de polícia de investigação, e de “intelligence” devem possuir capacidade para identificar e acompanhar indivíduos e grupos suspeitos, seguir os seus movimentos e contactos, valorizar todos os indícios pertinentes e, com o recurso a especialistas e a ajuda do sector financeiro privado, encontrar soluções eficazes contra o financiamento das organizações terroristas e das suas actividades, financiamento esse encoberto por transferências e doações caritativas, aparentemente legais.

Quanto à segunda questão, já tentámos explicar que a utilização, por parte de terroristas, de armamento nuclear, é muito pouco provável. No entanto, não é de excluir a possibilidade, embora remota, do emprego das designadas “bombas portáteis”. Também não é de pôr de parte a hipótese da sabotagem de reactores nucleares activos, o que poderia provocar danos terríveis, como podemos imaginar por comparação com o que aconteceu quando da explosão dum reactor da central nuclear de Chernobyl.

No que se refere às armas radiológicas, onde encaixam as chamadas “bombas sujas”, é de encarar a forte probabilidade de se tornarem apetecíveis e utilizáveis, pela facilidade de fabricação e emprego, por organizações terroristas ou até meras células de inspiração terrorista.

Também, pelas mesmas razões, a utilização de armas químicas se admite como bastante provável, já não acontecendo o mesmo com as armas biológicas, sujeitas, como vimos, a outros condicionantes. Contudo, continuamos a pensar que, nos atentados terroristas, continuarão a ser utilizados os explosivos convencionais, fáceis de obter, de manusear e com provada capacidade destruidora. Também é de prever que a utilização de aviões (como no 11 de Setembro) ou até de navios, possa continuar nos planos do grande terrorismo internacional.

E quanto a Portugal, como possível alvo? Não é de desprezar essa hipótese, como, aliás, acontece com qualquer país, não importa em que parte do mundo. Alvo prioritário? Não o será tanto. E porque não, tendo em conta que faz parte do chamado mundo Ocidental e aliado do “Grande-Satã” americano? A explicação, que

é, sobretudo, uma opinião, resulta da evidência da pequena dimensão do país, em termos de população, da superfície e do peso económico, militar e político na cena internacional.

O reduzido protagonismo de Portugal, pequeno peão no gigantesco xadrez mundial, constitui, no palco mediático globalizado do terrorismo islâmico, um factor positivo de redução do risco da ameaça. Outros elementos favoráveis advêm do facto da comunidade islâmica no nosso país ser reduzida, sem radicalismos e maioritariamente constituída por cidadãos dos PALOP, além de os seus líderes religiosos utilizarem um discurso cordato e muito positivo sob o ponto de vista ecuménico. Nestas circunstâncias não é previsível a possibilidade de recrutamento significativo de potenciais terroristas no nosso País, contrariamente ao que acontece na maioria dos outros países europeus. Também não existem condições propícias a um apoio logístico sustentado a acções terroristas, ainda que preparadas no estrangeiro.

Não obstante esta avaliação, não podemos ser demasiado optimistas, no que se refere à eventualidade dum atentado terrorista em Portugal. Sendo pouco provável, não deixa de ser possível. Pelo facto de não ter existido, até agora, uma ameaça concreta ou credível sobre o nosso país, nunca foram determinadas medidas excepcionais de protecção e segurança. Contudo, e até porque uma acção terrorista pode acontecer sem qualquer suspeita ou indício, haverá que não descurar a vigilância e a prevenção, garantindo ainda que, caso aconteça o atentado, exista a capacidade e os meios de resposta à emergência, quer em termos policiais quer em termos de protecção e socorro.

Diz a sabedoria popular que “mais vale prevenir que remediar”, mas no caso do terrorismo há que ser realista e ter em atenção que prevenir, muitas vezes não tem sido suficiente e que, por isso, o remediar terá que ser equacionado e devidamente preparado, leia-se planeado e treinado.

Lisboa, 7 de Março de 2006

Leonel Carvalho